

|     |                     |                      |   |   |            |            |   |
|-----|---------------------|----------------------|---|---|------------|------------|---|
| 92  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Estabelece diferimento do pagamento do ICMS devido por consumo irregular de energia elétrica, vinculado a acordo de parcelamento firmado entre a distribuidora e o consumidor (recuperação de consumo energético).  | RICMS-PA, art. 723 e Capítulo LIV do Anexo I, arts. 343 e ss.   | 21/01/2016 | 21/01/2016 | Incluído pelo Decreto n.º 1.480, de 20/01/2016.   |
| 93  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Estabelece diferimento do pagamento do ICMS incidente nas operações que especifica, relativas à indústria naval.  | RICMS-PA, art. 723 e Capítulo LV do Anexo I, arts. 346 e ss.    | 06/06/2016 | 06/06/2016 | Incluído pelo Decreto n.º 1.546, de 03/06/2016.   |
| 94  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede tratamento tributário às operações que especifica com bebidas classificadas na posição 2204 a 2208 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.   | RICMS-PA, art. 723 e Capítulo LVIII do Anexo I, arts. 351 e ss. | 14/07/2016 | 14/07/2016 | Incluído pelo Decreto n.º 1.583, de 12/07/2016. Alterado pelo Decreto n.º 1.663, de 15/12/2016.   |
| 95  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede isenção do ICMS nas operações internas com produtos decorrentes de suinocultura, ovinocultura, canicultura e rancicultura; arroz e feijão, realizada na primeira operação do produto; insumos agropecuários sem as restrições previstas no Convênio ICMS 100/97; ave vivas pinto de 01 (um) dia e produto decorrente de caprinocultura, destinados à industrialização.                              | RICMS-PA, Anexo II, art. 23 e 101.                              | 19/06/2001 | 19/06/2001 | Alterado pelos Decretos n.º 332, de 21/08/2003; 876, de 18/02/2004; 612, de 23/11/2007; 1.521, de 18/02/2009; 1.383, de 03/09/2015 e 1.447, de 03/12/2015.  |
| 96  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede isenção do ICMS na importação de medicamentos destinados aos portadores da doença de Gaucher, além de CEREDASE, efetuada pela Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA.  | RICMS-PA, Anexo II, arts. 30 e 101.                             | 19/06/2001 | 19/06/2001 | Alterado pelo Decreto n.º 612, de 23/11/2007.   |
| 97  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede crédito presumido às operações interestaduais com queijo de qualquer espécie, realizadas pelo fabricante deste Estado.  | RICMS-PA, Anexo IV, arts. 10 e 12.                              | 19/06/2001 | 19/06/2001 | Alterado pelo Decreto n.º 1.849, de 25/08/2009.   |
| 98  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede crédito presumido às saídas internas realizadas por fabricante de açúcar deste Estado.  | RICMS-PA, Anexo IV, arts. 9º e 12.                              | 19/06/2001 | 19/06/2001 |   |
| 99  | DECRETO             | 4.676, de 18/06/2001 | Concede crédito fiscal presumido às saídas internas com o produto suco de laranja.  | RICMS-PA, Anexo IV, arts. 8º e 12.                              | 19/06/2001 | 19/06/2001 |   |
| 100 | DECRETO             | 3.277, de 29/12/1998 | Estabelece diferimento do pagamento do ICMS incidente nas operações internas com polpas de frutas destinadas à industrialização.  |   | 05/01/1999 | 05/01/1999 |   |
| 101 | DECRETO             | 2.714, de 28/07/1994 | Concede isenção do ICMS às saídas de óleo diesel para Centrais Elétricas do Pará - CELPA.   |   | 29/07/1994 | 29/07/1994 |   |
| 102 | DECRETO             | 2.698, de 12/07/1994 | Reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas internas de embalagem metálica nas condições que especifica.   |   | 22/07/1994 | 22/07/1994 |   |
| 103 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 26, de 22/12/2016    | Estabelece os procedimentos de que trata o § 2º do art. 131-A e o 131-C, ambos do Anexo I do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18/06/2001 (atividade econômica de comércio atacadista).   |   | 23/12/2016 | 23/12/2016 |   |
| 104 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 5, de 30/03/2017     | Define as mercadorias de que trata o art. 126 do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências (segmento atacadista e varejista).  |   | 31/03/2017 | 01/04/2017 | Alterada pela Instrução Normativa n.º 14, de 23/06/2017.  |
| 105 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 5, de 25/04/2016     | Dispõe sobre os procedimentos para solicitação da isenção do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS no fornecimento de energia elétrica aos templos de qualquer culto.  |   | 26/04/2016 | 26/04/2016 | Alterada pelas Instruções Normativas n.º 19, de 17/11/2016 e 21, de 25/11/2016.   |
| 106 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 18, de 17.09.2015    | Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata o art. 11-B do Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, às empresas de energia elétrica, estabelecidas em território paraense, para execução do Programa Luz para Todos. |   | 18/09/2015 | 18/09/2015 | Alterada pelas Instruções Normativas n.º 24, de 19/12/2016 e 2, de 26/01/2018.  |
| 107 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 15, de 28/08/2015    | Estabelece normas complementares à concessão de crédito outorgado do ICMS ao contribuinte estabelecido no Estado do Pará que, em operação interna, fornecer materiais de construção através do uso do Cheque Moradia, instituído pelo Decreto n.º 432, de 23 de setembro de 2003.   |   | 31/08/2015 | 01/09/2015 | Alterada pelas Instruções Normativas n.º 22, de 10/11/2015 e 13, de 21/06/2017.   |
| 108 | INSTRUÇÃO NORMATIVA | 16, de 04/04/2002    | Dispõe sobre o parcelamento de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza tributária e não tributária inscritos na Dívida Ativa, e dá outras providências.  | § 1º do art. 1º   | 05/04/2002 | 05/04/2002 | Alterada pelas Instruções Normativas n.º 26, de 19/07/2002; 12, de 26/04/2004; 7, de 21/06/2005; 36, de 18/12/2009 e 14, de 09/09/2014. Parcelamento: máximo, até 10 anos (120 parcelas mensais). |

## APÊNDICE II - ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017

| UNIDADE FEDERADA (1): PARÁ |   |                      |   | DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)                     | DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7) | TERMO INICIAL (8) | TERMO FINAL (9) | OBSERVAÇÕES (10)  |
|----------------------------|---|----------------------|---|--|-------------------------------|-------------------|-----------------|---|
| ITEM (2)                   | ATOS (3)                                | NÚMERO (4)           | EMENTA OU ASSUNTO (5)   |  |                               |                   |                 |   |
| 1                          | EMENDA CONSTITUCIONAL DO ESTADO DO PARÁ | 4, de 12/06/1996     | Estende aos serviços e operações das empresas e emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a imunidade prevista para livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, relativamente ao ICMS. | Constituição do Estado do Pará, art. 292, § 5º | 19/06/1996                    | 19/06/1996        | 31/12/2003      |   |
| 2                          | LEI                                     | 6.890, de 13/07/2006 | Institui o Fundo de Investimento e Combate à Pobreza no Estado do Pará - FICOP e dá outras providências.  | Art. 4º  | 14/07/2006                    | 14/07/2006        | 31/12/2010      | Limite máximo de 10% (dez por cento).   |
| 3                          | LEI                                     | 6.885, de 29/06/2006 | Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às indústrias em geral.  |  | 30/06/2006                    | 30/06/2006        | 02/10/2006      | Revogada pela Lei n.º 6.911, de 2 de outubro de 2006  |
| 4                          | LEI                                     | 6.884, de 29/06/2006 | Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria.  |  | 30/06/2006                    | 30/06/2006        | 02/10/2006      | Revogada pela Lei n.º 6.911, de 2 de outubro de 2006  |
| 5                          | LEI                                     | 6.883, de 29/06/2006 | Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria do pescado.   |  | 30/06/2006                    | 30/06/2006        | 02/10/2006      | Revogada pela Lei n.º 6.911, de 2 de outubro de 2006  |
| 6                          | LEI                                     | 6.882, de 29/06/2006 | Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria da pecuária.  |  | 30/06/2006                    | 30/06/2006        | 02/10/2006      | Revogada pela Lei n.º 6.911, de 2 de outubro de 2006  |
| 7                          | LEI                                     | 6.616, de 07/01/2004 | Disciplina o Regime Simplificado de Apuração do ICMS - Pará-Simples, aplicável à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao contribuinte pessoa natural no Estado do Pará, e dá outras providências.                 |  | 09/01/2004                    | 15/01/2004        | 30/06/2007      | Revogada pela Lei n.º 7.066, de 4 de dezembro de 2007   |
| 8                          | LEI                                     | 5.943, de 02/02/1996 | Dispõe sobre a Política de Incentivos às Atividades Produtivas no Estado do Pará e dá outras providências.  |  | 06/02/1996                    | 06/02/1996        | 29/09/2002      | Revogada pela Lei n.º 6.489, de 27 de setembro de 2002  |
| 9                          | LEI                                     | 5.885, de 09/02/1995 | Dispõe sobre o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.  |  | 14/02/1995                    | 14/02/1995        | 10/08/2003      | Alterada pela Lei n.º 6.089, de 24/11/1997. Revogada pela Lei n.º 6.572, de 8 de agosto de 2003 |